



ATA N.º 7/2026

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2026  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 28 DE ABRIL DE 2026

-----No dia 28 de abril de 2026, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2026 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no dia 27 de abril de 2026 e de que tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 2** - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviço público de transporte de passageiros municipal de Lagos “A Onda”;*
- **PONTO 3** - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- **PONTO 4** - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente ao concurso público para fornecimento continuado de energia elétrica em instalações Municipais;*
- **PONTO 5** - *Apreciação e votação da proposta de designação de Fiscal Único para a Empresa Municipal Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva, E.M., S.A.;*
- **PONTO 6** - *Apreciação e votação da proposta de protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia de Bensafrim - FETAAL - Feira de Artes e Tradições do Algarve;*
- **PONTO 7** - *Apreciação do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2025.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dados os pedidos de substituição, para a Sessão, da Sra. Presidente da Mesa, Sra. Maria Paula Couto (PS), e do Sr. Segundo Secretário, José Jácome (PS), e estando presente a Primeira Secretária da Mesa, Sra. Sónia Melo (PS), esta assumiu as funções de Presidente da Mesa. A Sra. Presidente, em exercício, convidou para exercer as funções de Primeira Secretária a Sra. Patrícia Silva (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) e para exercer as funções de Segundo Secretário, durante esta Reunião, o Sr. Rui Maurício (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz). Verificada a existência de quórum, iniciou-se a presente Reunião pelas 20 horas e 39 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca
PS	Eduardo Seabra Carmo Ribeiro
PS	Fábio José Leal Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)



Fl. 96v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Patrícia Filipe Fernandes da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) 1.ª Secretária, em exercício
PS	Rita Sofia Marreiros de Meneses Toste
PS	Rui Manuel Imaginário Maurício (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) 2.º Secretário, em exercício
PS	Rute Alexandra Campos Domingos
PS	Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo 1.ª Secretária
AD	Carlos Miguel dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
AD	João Pedro Catarino Campos
AD	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
AD	Maria João de Lacerda Caetano
AD	Nuno José Nobre Serol Bento Rocha
AD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira
CHEGA	Carlos Alberto dos Santos Carmelino
CHEGA	Dênio Soares de Abreu
CHEGA	Dina Ester dos Reis Graça
CHEGA	Margarida Maurício Correia
CHEGA	Sandra Maria Francisco Marques de Carvalho Oliveira
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
CDU	Daniel Rodrigo Pinto José

-----ENTROU NO DECORRER DA REUNIÃO, no momento assinalado na Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira	Reunião	Daniel Rodrigo Pinto José

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	Gilberto Repolho dos Reis Viegas - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias – Vereador

-----ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante estes atos entrou a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO	HORA
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra	20.38

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

-----PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE À AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAL DE LAGOS “A ONDA”: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-709-5.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, informou que, face à dimensão e complexidade deste documento, solicitou aos serviços responsáveis a preparação de uma pequena apresentação com um resumo explicativo. Esclareceu que o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal se encontrava mais informado sobre esta matéria específica. Referiu ainda que, apesar de estar em votação apenas o compromisso plurianual, considerava necessário explicar em que consistia concretamente este projeto.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 97v.

-----A Sra. Eng.<sup>a</sup> Marisa Palma, Técnica Superior da Câmara Municipal, lembrou que a rede A ONDA teve início em 2008, ainda no âmbito da antiga Futurlagos, tendo vindo a evoluir ao longo dos anos. Informou que, até ao final de 2025, a rede já tinha transportado cerca de 713.000 passageiros. Explicou que foi realizada uma auscultação junto dos passageiros e que, após análise dos resultados, se concluiu que o novo contrato exigia alterações significativas à rede atualmente existente. Informou que a nova rede passaria a contar com onze linhas, mais uma do que a atual, de forma a responder melhor às necessidades identificadas pela população. Referiu que passariam a ser abrangidas zonas como a Praia do Porto de Mós, a Atalaia, a Quinta da Boavista e a Ponta da Piedade, incluindo a zona da Praia do Camilo. Esclareceu que a nova rede foi estruturada com o objetivo de reduzir os tempos de viagem dos passageiros. Acrescentou que, para além do alargamento territorial da cobertura, houve também um reforço dos horários, permitindo que os trabalhadores e utentes das unidades hoteleiras possam utilizar mais facilmente os transportes públicos. Referiu que a nova rede assegurará cobertura a cerca de 98% da área do Município de Lagos, sobretudo durante o período noturno, fins de semana e feriados. Informou ainda que o horário de verão deixará de abranger apenas os meses de julho e agosto, passando a vigorar entre junho e setembro. Explicou que a Linha 1, destinada à circulação dentro da cidade, terá horários adaptados e sincronizados com as partidas e chegadas dos comboios. Relativamente à Linha 2, esclareceu que passará a ligar várias praias, incluindo uma extensão até à Ponta da Piedade e à Praia do Camilo. Acrescentou que haverá reforço de carreiras junto das escolas e horários às seis da manhã e à meia-noite durante o verão, de forma a servir também as unidades hoteleiras. Informou que a Linha 3, correspondente à zona de Odiáxere e atualmente a mais utilizada, manterá uma estrutura considerada eficiente, sendo acrescentados os horários das 6h40 e da meia-noite durante o período de verão. Quanto à Linha 4, a Linha da Luz, explicou que a sua grande extensão levou à necessidade de a dividir, criando-se a Linha 11 para servir melhor as populações de Almádena e Espiche. Acrescentou que todas as linhas irão servir os estabelecimentos escolares do concelho. Disse que houve uma redefinição global dos horários para melhorar o serviço prestado à população. Referiu ainda que a Linha 5, correspondente ao Sargaçal, será estendida ao Cotifo e ao Vale de Moinhos, enquanto a Linha 8 será reduzida, por atualmente apresentar percursos demasiado longos e pouco atrativos, chegando a demorar quase uma hora até à cidade. Com a alteração, esta linha passará a ter mais frequências. Sobre a Linha 6, referente a Bensafirim e Barão de São João, informou que se tem verificado um aumento do número de passageiros e, por isso, haverá reforço das carreiras ao fim de semana e nos horários escolares, bem como horários às seis da manhã e à meia-noite durante o verão para apoio às unidades hoteleiras. Explicou ainda que a Linha 9 passará a assegurar cobertura à zona do Porto de Mós, devido ao aumento do número de alunos residentes nessa área, estendendo-se também ao Anel Verde para servir os alunos do ensino articulado. Quanto à Linha 10, informou que passará a abranger a Quinta da Boavista, Atalaia e Rua dos Lagos, zonas que atualmente não possuem cobertura de transporte público. Referiu também que as Linhas 9 e 10





Fl. 98v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

necessidades dos lacobrigenses, bem como das instituições e empresas do concelho, exemplificando diferentes utilizações da rede de transportes. Destacou como muito relevante o facto de a nova rede assegurar cobertura a 98% do território do concelho e salientou igualmente a importância dos horários noturnos, tanto para os residentes como para os visitantes. Concluiu saudando o Município pela opção, uma vez mais, por soluções assentes em energias limpas no âmbito desta rede de transportes públicos.-----

-----O Sr. João Campos (AD) lembrou a importância deste serviço de transporte público para todos os lacobrigenses, referindo que, quando frequentava a escola, a rede teve um impacto muito significativo, sobretudo para quem reside fora da cidade de Lagos. Considerou tratar-se de um projeto no qual vale a pena investir. Recordou ainda que, no programa eleitoral da AD, já constava a proposta de alargamento do funcionamento da ONDA ao período noturno. Questionou se esse período noturno estaria integrado nas linhas regulares da nova rede ou se existiria uma linha específica dedicada ao serviço noturno, salientando a importância desta resposta tanto para quem trabalha em horários tardios como para quem pretende usufruir de momentos de lazer, defendendo que este serviço deve ser devidamente salvaguardado.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) manifestou agrado pelo reforço das carreiras durante o verão, nomeadamente nos períodos noturnos. Considerou igualmente positiva a aposta numa frota que, a médio prazo, deverá atingir os 100% de utilização de energias limpas. Questionou ainda se as paragens de autocarro seriam adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida, bem como se os autocarros estariam equipados com rampas adequadas, lembrando que, por vezes, existem obstáculos nas zonas de paragem, nomeadamente veículos mal estacionados, que dificultam o acesso dos passageiros.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) congratulou o Município de Lagos pelo alargamento das linhas da rede ONDA e pela inclusão do período noturno no serviço de transportes. Sublinhou que o funcionamento noturno beneficiará não só o turismo, mas também os residentes que trabalham em horários noturnos. Questionou se existia um “breakdown” detalhado do valor de 20.900.000,00 € (vinte milhões e novecentos mil euros), acrescido de IVA, distribuído ao longo dos sete anos do contrato, nomeadamente com a divisão dos custos por áreas como Operação, Frota, Recursos Humanos e Tecnologias. Considerou importante esse esclarecimento por se tratar de um compromisso financeiro muito significativo e pela necessidade de assegurar margem orçamental para futuras adaptações tecnológicas. Questionou ainda se, para este período de sete anos, foi ponderada a possibilidade de gestão direta pelo Município ou a adoção de um modelo misto de gestão do serviço.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) afirmou que o Grupo Municipal do CHEGA aprecia as medidas apresentadas, considerando que estas contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos lacobrigenses. Destacou, em particular, o alargamento das linhas e dos horários em período noturno, bem como a adoção de medidas ambientalmente sustentáveis na frota da rede ONDA.-----



-----O Sr. Daniel José (CDU) indicou o sentido de voto do seu Grupo Municipal e defendeu que o Município de Lagos, à semelhança de outros municípios, deveria caminhar progressivamente para a gratuidade dos transportes públicos. Referiu igualmente a importância de adaptar plenamente estes transportes às pessoas com mobilidade reduzida, garantindo o cumprimento das normas da União Europeia nesta matéria. Defendeu ainda a criação de horários noturnos mais alargados aos fins de semana, abrangendo todas as freguesias e localidades mais distantes da cidade.-----

-----O Sr. Pedro Moreira (AD) questionou quais eram as intenções da Câmara Municipal relativamente à eventual gratuidade da rede ONDA para os residentes do concelho de Lagos, uma vez que essa possibilidade não se encontrava explicitamente prevista no documento em apreciação.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis, relativamente à questão dos horários até às três da manhã, explicou que, nesse período, os autocarros circulariam praticamente sem passageiros, o que não contribuiria positivamente para a redução da pegada ambiental. Quanto às rampas de acesso, respondeu que praticamente todas as paragens já dispõem de rampas adaptadas para garantir a acessibilidade. Relativamente ao horário noturno, esclareceu que estes serviços não se destinam exclusivamente às unidades hoteleiras, mas sim a toda a comunidade. No entanto, reconheceu que, do ponto de vista laboral, foi o setor da hotelaria aquele que demonstrou maior necessidade desse alargamento de horários. Sobre o investimento previsto, informou que o prazo de sete anos foi definido com base no estudo realizado, que concluiu que os 21.000.000,00 € (vinte e um milhões de euros) ficariam mais equilibradamente distribuídos nesse período temporal. Relativamente ao modelo de gestão, explicou que este funciona quase de forma direta pelo Município de Lagos. Referiu que é a Câmara Municipal que define os horários e procede aos respetivos ajustes operacionais. Acrescentou que o contrato será celebrado através de uma prestação de serviços ao Município, o que faz com que a gestão prática da rede continue sob controlo da Autarquia. Sobre a eventual gratuidade da rede ONDA, respondeu que essa hipótese estará, em breve, em cima da mesa, mas considerou que, neste momento, ainda não é financeiramente viável.---

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, afirmou que este projeto representa um grande esforço por parte do Município, mas que constitui um princípio fundamental de aproximação de todas as localidades do concelho de Lagos à cidade, sobretudo para os mais jovens. Relativamente à gratuidade da rede ONDA, esclareceu que, neste momento, essa possibilidade apenas é viável para os jovens. Referiu que existem municípios que oferecem transportes gratuitos e outros que não o fazem, dando como exemplo Faro, onde nem os jovens beneficiam desse serviço gratuito. Explicou que, para que a ONDA pudesse ser gratuita para todos os lacobrigenses, seria necessário aumentar significativamente o número de autocarros em circulação, o que implicaria ultrapassar os 21.000.000,00 € (vinte e um milhões de euros) previstos no contrato. Alertou ainda que existiria o risco de prejudicar os utilizadores que realmente dependem diariamente deste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 99v.

serviço de transporte público. Sobre a hipótese de gestão direta, esclareceu que uma frota de vinte e três viaturas obrigaria à contratação de um número muito superior de motoristas relativamente ao tamanho da frota. Informou que a contratação de motoristas de veículos pesados de passageiros é atualmente muito difícil, uma vez que os salários praticados não são suficientemente atrativos. Lamentou ainda que, dentro da carreira de Assistente Operacional da administração pública, não existam carreiras específicas para diferentes profissões, o que faz com que um trabalhador da limpeza possa auferir o mesmo vencimento base de um motorista de transporte de passageiros, tornando o setor público pouco competitivo face ao setor privado.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) afirmou que, tendo o Município de Lagos terminado as contas com um saldo positivo, a Câmara Municipal deveria ter a ousadia de avançar para a gratuidade da rede ONDA para os lacobrigenses. Referiu que essa gratuidade exigiria uma dinâmica diferente de funcionamento, defendendo que os promotores turísticos deveriam incentivar os turistas a utilizar os transportes públicos, contribuindo assim para o financiamento do serviço através da compra de títulos de transporte. Lamentou que a empresa responsável pelo estudo não tivesse contemplado esse cenário, de forma a permitir compreender de que modo poderiam ser compensadas as receitas eventualmente perdidas com a gratuidade para os residentes. Questionou ainda se o contrato em apreciação dizia respeito apenas à aquisição de serviços de transporte ou se incluía também a compra de autocarros. Concluiu considerando justo que os lacobrigenses beneficiassem da gratuidade deste serviço, entendendo que tal medida poderia funcionar como uma forma de compensação face aos elevados preços da habitação no Concelho.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) esclareceu que, quando anteriormente se referiu ao exemplo de Faro, estava concretamente a falar das freguesias de Estoi e Santa Bárbara de Nexe, uma vez que estas localidades dispõem de transporte gratuito para a cidade de Faro, o que facilita significativamente o acesso da população à cidade e aos seus serviços.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) questionou, face ao facto de apenas 51% da frota prevista utilizar combustíveis verdes, quais seriam os combustíveis utilizados nos restantes 49% das viaturas da rede ONDA.-----

-----A Sra. Eng.<sup>a</sup> Marisa Palma, Técnica Superior da Câmara Municipal, respondeu que o contrato estabelece que o número mínimo de autocarros elétricos na frota deverá ser de 51%, o que não significa que a totalidade da frota não possa vir a ser 100% elétrica. Esclareceu ainda que os autocarros a adquirir terão de ser novos e que, a partir de 2030, a frota terá obrigatoriamente de ser totalmente elétrica.-----

-----O Sr. João Campos (AD) referiu que a gratuidade dos transportes públicos deveria ser acompanhada por outras medidas complementares. Considerou que essa gratuidade também poderia servir como forma de publicidade e promoção de um novo modelo de mobilidade urbana. Relativamente ao serviço noturno, questionou se já tinha sido ponderada a possibilidade de prolongar ainda mais os horários, lembrando que esse tipo de funcionamento já existe em algumas cidades. Referiu que, sendo Lagos uma cidade turística, com forte atividade de lazer e vida noturna, e existindo muitos trabalhadores ligados a esse setor que terminam as suas funções



por volta das três da manhã, deveria ser avaliada a existência, ou não, de capacidade para assegurar um serviço de transporte público que responda às necessidades dessas populações. Acrescentou que esta cobertura de horários poderia também contribuir para aliviar parte da pressão habitacional na cidade, lembrando que existem pessoas que não conseguem deslocar-se para trabalhar em Lagos devido à falta de transportes provenientes das zonas mais periféricas do concelho. Considerou, por isso, que a possibilidade de existirem ligações mais tardias após o horário de trabalho deveria ser devidamente explorada.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Dois da Ordem do Dia: **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE À AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAL DE LAGOS “A ONDA”**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	13	0	5	0	1	<b>19</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	6	0	1	0	<b>7</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 66/AM/2026:**

-----**Aprovado**, por maioria, com 19 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Rute Domingos, Sónia Melo, Sofia Santos], 5 do CHEGA [Carlos Carmelino, Dênio Abreu, Diná Graça, Margarida Correia, Sandra Oliveira] e 1 da CDU [Daniel José]) e 7 abstenções (6 da AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Pedro Moreira] e 1 da LCF [Ana Margarida Martins]), autorizar a repartição de encargos, resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente à aquisição do Serviço Público de Transporte de Passageiros Municipal de Lagos “A ONDA”, no valor global de 20 910 574,00€ (vinte milhões, novecentos e dez mil, quinhentos e setenta e quatro euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor [- ano de 2026 - 248 935,40€ (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e trinta e cinco euros e quarenta cêntimos); - ano de 2027 - 2 987 224,85€ (dois milhões novecentos e oitenta e sete mil duzentos e vinte e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos); - ano de 2028 - 2 987 224,85€ (dois milhões novecentos e oitenta e sete mil duzentos e vinte e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos); - ano de 2029 - 2 987 224,85€ (dois milhões novecentos e oitenta e sete mil duzentos e vinte e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos); - ano de 2030 - 2 987 224,85€ (dois milhões novecentos e oitenta e sete mil duzentos e vinte e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos); - ano de 2031 - 2 987 224,85€ (dois milhões novecentos e oitenta e sete mil duzentos e vinte e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos); - ano de 2032 - 2 987 224,85€ (dois milhões novecentos e oitenta e sete mil duzentos e vinte e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos); - ano de 2033 - 2 738 289,40€ (dois milhões setecentos e trinta e oito mil duzentos e oitenta e nove euros e quarenta



cêntimos)], nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, conjugado com o n.º 6 do Artigo 22.º do Regime Jurídico da Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública e na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas,, conforme a proposta da Câmara Municipal em sua reunião pública ordinária realizada a 15 de abril de 2026.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-709-6.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) referiu que, face aos dados de pagamento apresentados, se verificava que a Câmara Municipal de Lagos dispunha de folga financeira. Relativamente aos serviços de atendimento ao público do Município, afirmou existir pressão sobre os serviços, quer ao nível do atendimento telefónico, quer presencial, considerando que essa situação poderá configurar um problema que necessita de ser resolvido. Sobre o Centro Local da AIMA, informou que foram realizados 1.673 atendimentos, dos quais 57% diziam respeito à permanência em território nacional. Nesse sentido, questionou se existia planeamento por parte da Autarquia para gerir o impacto desta realidade no concelho, nomeadamente ao nível da habitação e dos serviços públicos. Relativamente aos eventos promovidos no concelho, questionou qual era o retorno efetivo para os munícipes. Sobre a fiscalização, referiu que tinham sido registadas dezassete contraordenações relacionadas com resíduos e apenas duas contraordenações por ocupação do espaço público. Considerando os problemas observados no terreno, questionou se estes números correspondiam efetivamente à realidade ou se estaria a existir alguma permissividade relativamente a essas práticas. Por fim, relativamente ao Centro de Recolha Oficial, perguntou o que teria corrido mal para que o procedimento de aquisição de ração para os animais tivesse ficado deserto.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) considerou que o documento em apreciação deveria ser mais exaustivo, entendendo que o mesmo deixa várias questões em aberto. Relativamente à auditoria interna, referiu que a informação apresentada não era suficientemente explicativa nem esclarecedora, solicitando mais detalhes sobre a matéria. Sobre a equipa multidisciplinar do Centro Histórico, sublinhou que, mais uma vez, não existia informação relevante sobre a atividade desenvolvida. Recordou que o Centro Histórico de Lagos constitui um dos ativos estratégicos mais sensíveis do Município, quer ao nível patrimonial, turístico e urbanístico, considerando estranho que, no período abrangido pelo documento, não existisse nada a reportar, o que, no seu entendimento, revela alguma fragilidade. Questionou, por isso, quais os projetos atribuídos à equipa e em que fase de desenvolvimento se encontravam. Relativamente à rede ONDA, questionou qual a razão da quebra de 11,58% face ao período homólogo, afirmando não acreditar que a totalidade dessa redução pudesse ser justificada apenas por greves e falhas na bilhética. Perguntou ainda qual a origem dessas falhas e quais os custos associados à sua reparação. Quanto à taxa turística, referiu que se verificou um aumento face ao



período homólogo, contrastando com a diminuição de 44% na rubrica relativa a Loteamentos e Obras, considerando tratar-se de outro fator de fragilidade identificado no documento. Por fim, relativamente ao Centro de Recolha Oficial, e tendo em conta que o concurso para aquisição de ração ficou deserto, questionou de que forma seriam asseguradas as refeições dos animais e se existiria algum risco de rutura de stock de ração.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS), relativamente à sustentabilidade ambiental, referiu que as comemorações do Dia Mundial da Árvore e da Semana Verde tiveram um duplo impacto. Explicou que, após o abate de árvores ocorrido no início do ano - decisões que classificou como tecnicamente sustentáveis, responsáveis e motivadas por razões fitossanitárias e de segurança pública - o Município de Lagos avançou com uma campanha de plantação de árvores em larga escala. Informou que já tinham sido plantadas cerca de 150 árvores autóctones, estando prevista a plantação adicional de mais 143 exemplares. Acrescentou que estas ações contaram com a participação de 65 turmas, abrangendo cerca de 1.400 alunos em iniciativas de sensibilização para a sustentabilidade ambiental, bem como a participação de aproximadamente cinquenta séniores. Considerou que estas ações demonstram uma preocupação em tornar Lagos uma cidade mais consciente e mais verde. Questionou ainda se estava prevista a realização de novas ações de arborização para promoção da sustentabilidade ambiental e se estas intervenções incluíam espaços públicos considerados expectantes, designadamente através da plantação de espécies autóctones adaptadas às condições climáticas da região. Relativamente à coesão social, afirmou que continua a existir um trabalho prioritário para garantir que ninguém fique para trás. Saudou as ações de educação não formal relacionadas com o bem-estar mental junto da população, bem como o trabalho desenvolvido na área da educação social. Explicou que esta intervenção acompanha o Cartão Solidário, procurando não apenas apoiar as pessoas, mas também promover a sua capacitação social. Recordou ainda que o Município adquire vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação com o objetivo de apoiar as famílias lacobrigenses. Sobre o programa Radar Social, referiu que tem sido desenvolvido um trabalho relevante entre o Município e várias entidades parceiras, permitindo identificar situações de isolamento social. Informou que foram sinalizadas cerca de 494 situações posteriormente encaminhadas para respostas de proximidade através do trabalho em rede entre instituições do concelho. Considerou que o Município tem vindo a atuar de forma abrangente e eficaz nestas matérias. No domínio da Cultura, referiu que tem existido uma aposta na valorização do património e numa estratégia cultural sólida, fundamentada e descentralizada. Indicou ainda a existência de políticas de apoio à criação artística local, bem como iniciativas como a promoção de uma rota interativa do património histórico edificado. Relativamente à Juventude, destacou o investimento realizado ao nível da literacia financeira, considerando que educar também significa preparar os jovens para uma cidadania ativa. Explicou que estas sessões foram realizadas nas escolas básicas e secundárias do concelho, envolvendo 677 crianças e jovens, com o objetivo de sensibilizar para o planeamento e gestão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 101v.

financeira do quotidiano, classificando esta medida como particularmente relevante. Referiu igualmente o projeto Crescer com Saúde, composto por 25 ações na área da nutrição e educação alimentar dirigidas a crianças do pré-escolar. Considerou que estas iniciativas demonstram que o Município se encontra ativo nestas matérias e lembrou que a obesidade infantil constitui um problema relevante, atribuindo uma avaliação positiva às medidas implementadas. Por fim, relativamente às redes sociais, saudou a realização de sessões de esclarecimento sobre ciberdependências e riscos online, promovidas no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, na Escola Gil Eanes e na Escola Júlio Dantas, destinadas a alertar os jovens para os riscos associados à exposição digital e ao uso excessivo de ecrãs.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) solicitou um ponto de situação relativamente à falésia da Praia do Pinhão, bem como sobre o levantamento das falésias do concelho, recordando que o Ministério do Ambiente realizou um levantamento a nível nacional na sequência das intempéries ocorridas. Pretendeu saber qual a situação concreta das falésias existentes no concelho de Lagos. Questionou igualmente qual era o ponto de situação do património edificado do Município. Relativamente aos procedimentos concursais para empreitadas que ficaram desertos, perguntou quais seriam as medidas a adotar pela Câmara Municipal perante essas situações. Por fim, relativamente à Casa da Mata de Barão de São João, questionou se estaria prevista a abertura de um novo procedimento concursal.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João, Fábio Gonçalves (PS), referiu que este documento refletia os resultados do primeiro trimestre, onde o rigor e a transparência se assumiam como princípios fundamentais da governação do concelho. Destacou a situação financeira do Município, salientando que existia um prazo médio de pagamento de 21 dias e que, naquele momento, não havia pagamentos em atraso, o que, no seu entendimento, demonstra respeito pelos que colaboram com a Autarquia, bem como um equilíbrio financeiro resultante de uma execução rigorosa. Considerou que esta situação evidencia um esforço contínuo para manter as contas públicas saudáveis e equilibradas. Referiu ainda que, perante este cenário, a Direção-Geral das Autarquias Locais aumentou o limite de endividamento do Município para 36.600.000,00 € (trinta e seis milhões e seiscentos mil euros) no final do último exercício económico. Considerou que esta margem financeira representava um sinal de capacidade para investir no futuro, permitindo encarar os desafios existentes com a confiança de que Lagos dispunha dos recursos e da solidez necessários para os concretizar. Informou que, apesar de os dados da Direção-Geral das Autarquias Locais relativos ao primeiro trimestre ainda se encontrarem em processamento, a informação interna disponível permitia concluir que se mantinha uma trajetória de rigor, sem alterações significativas que comprometessem a saúde financeira da Autarquia. Acrescentou que esta estabilidade financeira constitui a base de sustentação das políticas sociais, culturais e ambientais desenvolvidas pelo Município, afirmando que gostaria de encontrar todos os municípios numa situação semelhante à de Lagos. Destacou ainda a evolução financeira positiva registada nos últimos anos e recordou que o mundo atravessou, nos últimos seis anos, vários períodos de instabilidade económica. Considerou que,



apesar de a Câmara Municipal dispor atualmente de capacidade financeira para investir, continua a ser necessária prudência para garantir a sustentabilidade e a saúde das contas públicas.-----

-----A Sra. Diná Graça (CHEGA), relativamente à ampliação da Marina de Lagos e ao setor das pescas, referiu que o aumento da marina poderia ser apresentado como um sinal de progresso, mas questionou quem sentiria verdadeiramente os efeitos desse progresso. Recordou que os pescadores fazem parte da identidade de Lagos e afirmou que, apesar de inicialmente ser prometido desenvolvimento, a realidade demonstrava que estes trabalhadores estavam a ser deixados de fora do processo. Questionou quais seriam as garantias dadas aos pescadores, designadamente se iriam dispor de espaço adequado, condições e segurança que lhes permitissem continuar a desenvolver a sua atividade. Perguntou ainda se estavam previstas as infraestruturas e equipamentos necessários ao acondicionamento do pescado, nomeadamente arcas frigoríficas, equipamentos de refrigeração e meios para descarga do pescado, ou se este projeto pretendia substituir quem trabalha por interesses ligados à especulação. Lembrou que esta atividade representa um legado transmitido entre gerações e considerou que não defender a dignidade destes trabalhadores corresponderia a uma falha ao nível da governação. Concluiu afirmando que Lagos e os seus trabalhadores não estavam à venda.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim, Carlos Vieira (AD), informou que, após as obras realizadas nas condutas junto da Estrada Nacional 120, ocorreu um abatimento do pavimento, levando a que, naquele momento, os passeios se encontrassem abaixo do nível da estrada. Nesse sentido, sugeriu que fosse analisada, junto do empreiteiro responsável pela obra, a solução a adotar para corrigir a situação. Referiu ainda que, após as tempestades, as estradas rurais do concelho ficaram a necessitar de intervenções de reparação e, apesar de existir entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, questionou se existia algum plano destinado ao reforço dos trabalhos de recuperação dessas vias. Lembrou igualmente que as obras da Barragem da Bravura têm provocado degradação em algumas dessas estradas, questionando se a respetiva recuperação seria assegurada pelo empreiteiro responsável pelos danos causados. Relativamente ao projeto dos 14 fogos habitacionais previstos para o Largo do Mercado de Bensafrim, revelou que a população local estava a perder a paciência, referindo que é abordado diariamente por munícipes que pretendem saber qual o estado de evolução do processo. Recordou que continuam a não existir prazos concretos e solicitou esclarecimentos sobre a situação atual do projeto.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF), relativamente ao Serviço de Proteção de Dados, referiu que o documento indicava a emissão de seis pareceres em apenas dois meses, mas sem qualquer contextualização adicional, o que, no seu entendimento, dificultava a avaliação da adequação e relevância dos resultados apresentados. Considerou ainda que a informação constante no documento deveria ser acompanhada por uma síntese do Executivo, onde fossem destacados os aspetos mais relevantes do período em análise. Referiu que, apesar de existir uma quantidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 102v.

significativa de informação relativa à atividade dos diversos setores do Município, a mesma não apresentava a qualidade necessária para permitir uma análise clara e objetiva.-----

-----O Sr. Pedro Moreira (AD), relativamente à plantação de árvores, questionou quantas árvores tinham sido abatidas nos últimos seis meses, de forma a estabelecer um termo de comparação com o número de árvores entretanto plantadas. Relativamente à Fonte Cibernética, lembrou que há vários meses se encontrava instalado um estaleiro de obras no local e, estando a pouco mais de um mês do início da época alta, solicitou esclarecimentos sobre a natureza da intervenção em curso e a duração prevista da obra. Referiu que se trata de uma zona central de Lagos e considerou que aquela situação não contribui para uma boa imagem da cidade. Questionou ainda se, ao contrário do que aconteceu nos últimos dois anos, a fonte voltaria a estar em funcionamento. Acrescentou que o pavimento das Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes se encontrava em mau estado de conservação, em resultado da utilização intensiva destas vias, sobretudo por se tratar de zonas com estabelecimentos de diversão e restauração, exigindo igualmente maiores necessidades de higienização. Considerou que, no estado atual, estas ruas transmitiam uma imagem negativa da cidade.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) solicitou o ponto de situação das obras no Forte Ponta da Bandeira.-----

-----O Sr. João Campos (AD), relativamente à requalificação dos trilhos panorâmicos entre Lagos e Praia da Luz, questionou se esta intervenção seria aproveitada para melhorar os acessos ao Talefe e ao marco geodésico da Atalaia, considerando que estes locais proporcionam vistas panorâmicas relevantes sobre o concelho. Solicitou igualmente um ponto de situação relativamente aos molhes junto ao Forte da Ponta da Bandeira, bem como esclarecimentos sobre o diálogo existente com a tutela relativamente a esta problemática. Relativamente à estrada da Falfeira, referiu existir um abatimento junto aos depósitos, situação que, segundo indicou, já tem gerado desagrado junto da população local, solicitando esclarecimentos sobre o estado atual e a evolução prevista para a resolução do problema.-----

-----O Sr. Carlos Carmelino (CHEGA) recordou que o Ministério da Administração Interna aprovou parte do projeto de videovigilância para o concelho e solicitou um ponto de situação relativamente à implementação deste sistema. Relativamente ao parque de estacionamento localizado no interior do estádio, na zona do Rossio da Trindade, questionou se o estádio se encontrava concessionado ou alugado ao clube e se era conhecido o destino das receitas provenientes do pagamento do estacionamento. Quanto ao parque de estacionamento junto à escola do Bairro Operário, recordou que este apresentava buracos há bastante tempo e, relativamente a ambos os parques de estacionamento, questionou se estava prevista a sua reabilitação. Por fim, referiu que existem veículos estacionados no mesmo local há vários anos e questionou se a Câmara Municipal pretendia adotar alguma medida para combater essa situação, considerando que, sobretudo durante o período de Verão, esses lugares ocupados fazem falta à população.-----

-----O Sr. Pedro Moreira (AD) solicitou um ponto de situação relativamente à obra



do Museu José Formosinho, referindo que a mesma se encontrava parada há cerca de um ano e pretendendo esclarecimentos sobre o estado atual do processo.-----

-----A Sra. Filomena Sena (AD) questionou qual era o estado das arribas após o inverno rigoroso verificado este ano, pretendendo esclarecimentos sobre eventuais impactos causados pelas condições meteorológicas. Perguntou ainda se estava prevista alguma intervenção na Praia do Porto de Mós, nomeadamente no sentido de proceder à reposição de areias. Relativamente à Polícia Municipal, questionou se as suas competências se limitavam ao patrulhamento, à elaboração de contraordenações e autos de notícia, ou se dispunha de outras atribuições e poderes. Por fim, solicitou um ponto de situação relativamente ao processo de criação do parque de caravanas.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) referiu que 46,2% dos turistas procuram Lagos com motivações de natureza cultural e lamentou que os equipamentos culturais do Município encerrem à segunda-feira e interrompam o funcionamento durante a hora de almoço. Nesse sentido, questionou se seria possível repensar os horários de funcionamento destes equipamentos, através da adoção de um regime de jornada contínua, permitindo assim o acesso dos visitantes durante o período de almoço. Questionou ainda se existia obrigatoriedade para que todos os equipamentos culturais encerrassem à segunda-feira ou se essa organização poderia ser revista.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João, Fábio Gonçalves (PS), respondeu que o trabalho desenvolvido tem sido realizado com responsabilidade, considerando que a situação se encontrava controlada e positiva. Referiu que o investimento efetuado tem sido pensado numa perspetiva de futuro, procurando assegurar simultaneamente a sustentabilidade e a boa saúde das contas públicas.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) referiu que a informação apresentada se limitava essencialmente à descrição do trabalho desenvolvido pelos serviços, questionando quais as diligências concretas realizadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente ao projeto dos 14 fogos habitacionais no Largo do Mercado de Bensafrim. Nesse sentido, questionou se já tinha sido calculado o valor de uma eventual indemnização, se já tinham sido estabelecidos contactos com outras entidades ou intervenientes relacionados com o processo, se existia conhecimento sobre o futuro do projeto e se tinha sido desenvolvido algum trabalho concreto no sentido da sua evolução.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) respondeu que, no dia 21 de abril, a 2.ª Comissão reuniu com o Sr. Administrador da MarLagos, ocasião em que foi explicado que os pescadores passariam a beneficiar de melhores condições de trabalho. Referiu ainda que, inclusivamente, estaria previsto o aumento do número de lugares disponíveis para permitir que os pescadores não licenciados possam também amarrar as suas embarcações.-----

-----A Sra. Diná Graça (CHEGA) respondeu que não tinha ficado esclarecida com as informações prestadas nessa reunião. Afirmou que os espaços previstos eram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 103v.

muito reduzidos e questionou quantos pescadores existiam no concelho e quantos lugares estariam efetivamente disponíveis para ocupação.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) respondeu que, durante a reunião, foi dada a oportunidade a todos os presentes para colocarem as suas questões e que, aparentemente, todos tinham ficado esclarecidos com os esclarecimentos prestados. Recordou ainda que, nessa ocasião, foram apresentadas melhorias significativas para os pescadores, nomeadamente ao nível das condições de amarração das embarcações, bem como da disponibilização de equipamentos e espaços destinados ao armazenamento do respetivo material.-----

-----A Sra. Diná Graça (CHEGA) respondeu que as referidas reuniões tinham carácter privado e afirmou que pretendia que o público tivesse conhecimento do que estava a acontecer e fosse devidamente informado sobre os assuntos em causa.-

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sónia Melo (PS), respondeu que de cada reunião é elaborada uma ata, a qual é posteriormente tornada pública, acrescentando que qualquer cidadão a pode consultar através da plataforma online da Assembleia Municipal.-----

-----A Sra. Filomena Sena (AD) respondeu que, na referida reunião da 2.<sup>a</sup> Comissão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal não esteve presente. Referiu ainda que, nessa ocasião, foi esclarecido que estava prevista a criação de cerca de 117 novos pontos de amarração, dos quais mais de sessenta seriam destinados aos pescadores. Acrescentou ainda que seriam criadas novas instalações destinadas ao armazenamento do material utilizado pelos pescadores, ao contrário do que acontecia até ao momento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente às contas do Município, referiu que, apesar da situação financeira apresentar uma margem de conforto, existia ainda muito trabalho a desenvolver. Informou que estavam adjudicados e em execução cerca de 37.000.000,00 € (trinta e sete milhões de euros) em investimentos suportados por fundos próprios, destacando ainda investimentos de 14.000.000,00 € (catorze milhões de euros) na Escola Tecnopolis, 7.000.000,00 € (sete milhões de euros) no parque industrial e 8.000.000,00 € (oito milhões de euros) no setor das águas. Relativamente aos serviços de atendimento ao munícipe, explicou que a Câmara Municipal dispõe de um serviço de atendimento único no concelho, com elevada procura, apenas comparável, em termos de volume de atendimento, às forças de segurança e ao Hospital Terras do Infante. Referiu que este espaço permite tratar assuntos relacionados quer com serviços municipais, quer com serviços do Estado, tendo recebido avaliações positivas por parte dos utilizadores. Sobre as contraordenações, esclareceu que os dados constantes no documento diziam respeito apenas aos meses de fevereiro e março, existindo outros processos em curso para além dos mencionados. Relativamente ao Centro de Recolha Oficial, garantiu que não existia risco de rutura de stock de ração para os animais, explicando que, apesar de o concurso ter ficado deserto, seria utilizado um ajuste direto, através da plataforma eletrónica, caso necessário, assegurando-se a continuidade do fornecimento e a transparência do processo. No que diz respeito à auditoria interna, informou que ainda não existia atividade a reportar, uma vez que,



embora a decisão da sua criação já tivesse sido tomada, a estrutura ainda não se encontrava implementada. Sobre a equipa multidisciplinar do Centro Histórico, indicou que, naquele período, apenas tinha existido o acompanhamento habitual das intervenções relacionadas com a valorização e atualização daquele espaço. Relativamente à quebra na bilhética dos transportes públicos, explicou que a diferença estava relacionada com a alteração do período do Carnaval entre anos distintos, refletindo-se nos números de utilização. Sobre o Forte da Ponta da Bandeira, informou que a prioridade atual passava pela reposição das pedras em falta na parede exterior e que, posteriormente, avançariam os trabalhos de requalificação, museologia e museografia. No âmbito da proteção de dados, esclareceu que os pareceres emitidos resultavam de dúvidas e pedidos de esclarecimento apresentados aos serviços. Quanto aos horários dos equipamentos culturais, considerou que a sua alteração seria difícil, quer por razões de tradição - nomeadamente o encerramento à segunda-feira - quer por limitações operacionais que, à exceção da biblioteca, dificultariam a abertura contínua durante a hora de almoço. Referiu ainda que os operadores turísticos conhecem os horários e organizam as visitas em conformidade. Relativamente às árvores, explicou que a maioria das árvores sinalizadas ainda não tinha sido abatida e que algumas tinham sido afetadas pelas intempéries do início do ano, passando a representar risco para a segurança pública. Como medida compensatória, informou que o Município previa plantar cerca de 620 árvores durante o ano. Sobre a saúde mental, informou que, em 28 de abril de 2026, decorreu uma reunião com a ULS-Algarve para abordar as necessidades do concelho nesta área. Explicou que estava em estudo a criação de um serviço especializado, apoiado financeiramente pelo Município, com equipas de profissionais dedicados e capacidade para apoio domiciliário aos utentes das Terras do Infante. Relativamente às falésias, recordou que a responsabilidade pertence ao Ministério do Ambiente. Sobre a Praia Dona Ana, informou que a Autarquia foi autorizada a intervir. Quanto à Praia do Pinhão, recordou que a escadaria ruiu, situação já anteriormente prevista, tendo sido solicitada à Agência Portuguesa do Ambiente a possibilidade de construção de uma escadaria em madeira e a transformação da estrutura antiga num miradouro. Sobre a Praia do Camilo, alertou para a gravidade do estado da falésia e referiu que se aguardava financiamento estatal para as intervenções previstas. Relativamente à Casa da Mata de Barão de São João, informou que ocorreu um conflito entre o projetista e o construtor, estando prevista uma revisão do projeto e o lançamento de uma nova empreitada. Sobre a ampliação da Marina de Lagos, explicou que o processo exigia uma análise cuidadosa dos acordos entre a MarLagos e a Docapesca. Garantiu que os pescadores não seriam excluídos e que estavam previstas melhores condições, incluindo espaços de amarração, pontos de água e eletricidade, bem como novas infraestruturas de apoio. Referiu ainda ter contactado diretamente alguns pescadores, os quais manifestaram satisfação com a solução apresentada. Relativamente a Bensafrim, informou que ainda não tinha sido marcada uma reunião, por não existirem condições adequadas para tal. Sobre a Estrada Nacional



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 104v.

120, esclareceu que se aguardava resposta da Infraestruturas de Portugal, S.A., relativamente à autorização para proceder às reparações necessárias. Quanto aos danos provocados pelas obras da Barragem da Bravura, garantiu que a recuperação estava salvaguardada, tendo o empreiteiro sido notificado para apresentar garantias de reposição dos danos. Sobre a Fonte Cibernética, informou que a intervenção decorria por razões de segurança e para substituição das bombas, desligadas devido à escassez de água, manifestando a intenção de voltar a colocar a fonte em funcionamento durante o ano em curso. Relativamente à ligação entre Lagos e a Luz, explicou que fazia parte dos projetos de proteção dunar e de ligação pedonal entre várias zonas costeiras, estando igualmente em estudo o prolongamento até Burgau. Sobre a videovigilância, esclareceu que se aguardava autorização do Ministério da Administração Interna relativamente à área sob jurisdição da PSP. Informou que parte das infraestruturas técnicas já se encontrava instalada, incluindo fibra ótica e postes, faltando posteriormente a aquisição dos equipamentos necessários. Relativamente aos parques de estacionamento, esclareceu que o parque situado no estádio estava cedido ao Clube Futebol Esperança de Lagos, sendo as receitas do estacionamento destinadas ao clube. Quanto ao parque junto à muralha, explicou que o contrato anterior já tinha terminado, encontrando-se o espaço dependente da conclusão da terceira fase do Anel Verde, uma vez que, naquele local e na outra extremidade dos atuais parques, nascerão novos parques de estacionamento. Relativamente aos veículos abandonados, referiu que, quando são detetados, são recolhidos e posteriormente leiloados, em articulação entre o Município e a PSP. Diferente é a situação dos veículos apreendidos pelas Finanças ou pelos tribunais, cuja resolução não depende do Município. Ainda assim, tem sido exercida pressão junto da Autoridade Tributária que, perante essa insistência, acaba por deslocar os veículos, uma vez que estavam a prejudicar os residentes das zonas envolventes. Sobre as obras do núcleo de arqueologia do Museu de Lagos, respondeu que estavam a ultimar o programa de adaptação ao espaço, uma vez que, durante os trabalhos de construção, foram encontrados artefactos naquela área, o que obrigou à suspensão da obra e à reformulação do projeto, por se ter tornado impossível prosseguir nos moldes inicialmente previstos. Relativamente às arribas, respondeu que estas se encontravam permanentemente monitorizadas. Quanto à Polícia Municipal, esclareceu que atua em mais áreas para além das anteriormente mencionadas. Relativamente à Praia do Porto de Mós, informou que as areias já tinham sido repostas e que um dos concessionários já tinha iniciado a preparação para a época balnear, lembrando que a APA teria sempre de autorizar as intervenções nas praias. Por fim, relativamente aos parques para caravanas, esclareceu que o PDM impede a construção destes parques e de parques de campismo sem a existência de um plano estratégico. No entanto, após a conceção desse plano e da definição das respetivas regras, este fenómeno aumentou e despertou interesse por parte de privados, que apresentaram várias propostas. Tal obrigou o Município, em conjunto com uma empresa externa, a desenvolver um programa que permitisse estabelecer regras para a eventual implementação dessas propostas.



-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) questionou se existia algum planeamento para gerir o impacto da pressão sobre a habitação e os serviços públicos. Relativamente à questão da razão, referiu que, quando termina o prazo de um concurso, se complica o caderno de encargos, o que conduz posteriormente a um ajuste direto, situação que, para o Grupo Municipal do CHEGA, não é aceitável.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) disse considerar que este documento necessita de um rejuvenescimento e deveria contemplar os pontos de situação do que é aprovado pela Assembleia, bem como a execução dos Planos Plurianuais de Investimento. Referiu que a informação apresentada neste documento deveria constar em anexo e informou que, relativamente às empreitadas, apenas vê uma construção em curso. Lamentou que não exista qualquer referência ao Hotel Golfinho, que se tornou, na sua perspetiva, a maior fraude da história do Concelho, uma vez que foram investidos mais de 43.000.000,00 € (quarenta e três milhões de euros). Informou que este caso já contava com onze processos judiciais em curso e que, em 2024, a empresa responsável pelo projeto iniciou um Processo Especial de Revitalização. Acrescentou que, em junho de 2025, foi declarada a insolvência dessa empresa e que apenas a 18 de março de 2026 os vereadores da AD apresentaram uma proposta para que fosse demonstrada a intenção de caducidade do alvará, questionando o motivo pelo qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal não tomou essa iniciativa. Relativamente à construção dos 14 fogos no Largo do Mercado de Bensafrim, disse que todos ficaram com a sensação de que a reunião seria marcada rapidamente, o que não vem mencionado nesta informação, recordando que o Grupo Municipal da AD enviou um requerimento sobre este tema e que, mais uma vez, não obteve resposta. Questionou como se chegou ao valor da indemnização, tendo em conta a legislação aplicável. Disse ainda que, mesmo com a indemnização de 450.000,00 € (quatrocentos e cinquenta mil euros), continua a existir uma oneração na ordem dos 2.400.000,00 € (dois milhões e quatrocentos mil euros), acrescentando que ainda não compreendeu qual poderá ser a penalização por parte do Tribunal de Contas decorrente desta situação. Relativamente ao empréstimo de 25.000.000,00 € (vinte e cinco milhões de euros), solicitou um ponto de situação e lembrou que continuavam a aguardar resposta às questões colocadas nos requerimentos.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) questionou se o Aeródromo Municipal iria ser transferido para Barão de S. João e agradeceu a rápida resolução dos buracos existentes na Rua da Laranjeira/Oliveira e junto à Escola do Bairro Operário.-----

-----A Sra. Diná Graça (CHEGA) referiu que a situação da comunidade piscatória deveria ser esclarecida publicamente, em vez de o ser apenas numa reunião de uma comissão. Agradeceu as visitas aos pescadores e questionou se estava prevista a construção de um espaço de apoio, como um bar ou quiosque, para que os pescadores possam fazer as suas refeições, uma vez que atualmente não existe qualquer estrutura desse tipo.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) lembrou que a construção na cerca do cemitério já se arrastava há bastante tempo e que a obra já poderia estar concluída, lamentando ainda que vários concursos tenham sido extintos. Relativamente ao terreno nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 105v.

Caliças, informou que aquela área esteve sempre destinada à habitação e não ao turismo. Recordou que aquele terreno pertencia a um banco de fomento que obedecia a regras muito rígidas da CMVM e que tinha capacidade para cerca de 397 habitações, estranhando que a Câmara Municipal afirme que poderá construir naquele local 800 fogos, questionando a legalidade dessa diferença.

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) solicitou que fosse reparada a Rua do Cinema, uma vez que existe um elevado risco de as pessoas escorregarem devido ao estado do piso.

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) informou que, após o envio, por três vezes, de fotografias do cruzamento da Rua da Oliveira com a Rua da Laranjeira, o local foi finalmente reparado.

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 58 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Sónia Melo (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 13 minutos.

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO CONTINUADO DE ENERGIA ELÉTRICA EM INSTALAÇÕES MUNICIPAIS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-709-7.

-----Sem que tenha sido alvo de quaisquer intervenções, foi colocado a votação o Ponto Quatro da Ordem do Dia: **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO CONTINUADO DE ENERGIA ELÉTRICA EM INSTALAÇÕES MUNICIPAIS**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	13	0	5	0	1	<b>19</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	6	0	1	0	<b>7</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 67/AM/2026:**

-----**Aprovado**, por maioria, com 19 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Rute Domingos, Sónia Melo, Sofia Santos], 5 do CHEGA [Carlos Carmelino, Dênio Abreu, Diná Graça, Margarida Correia, Sandra Oliveira] e 1 da CDU [Daniel José]) e 7 abstenções (6 da AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Pedro Moreira] e 1 da LCF [Ana Margarida Martins]), autorizar a repartição de encargos, resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao fornecimento continuado de energia elétrica em instalações municipais, no valor global de 3 500 000,00€ (três milhões e



quinhentos mil euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor [- ano de 2026 - 437 500,00€ (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos euros); - ano de 2027 - 1 750 000,00€ (um milhão e setecentos e cinquenta mil euros), para o ano de 2027; - ano de 2028 - 1 312 500,00€ (um milhão, trezentos e doze mil e quinhentos euros)], nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, conjugado com o n.º 6 do Artigo 22.º do Regime Jurídico da Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública e na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas,, conforme a proposta da Câmara Municipal em sua reunião pública ordinária realizada a 15 de abril de 2026.-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO PARA A EMPRESA MUNICIPAL LAGOS-EM-FORMA - GESTÃO DESPORTIVA, E.M., S.A.:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-709-8.-----

-----Sem que tenha sido alvo de quaisquer intervenções, foi colocado a votação o Ponto Cinco da Ordem do Dia: **DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO PARA A EMPRESA MUNICIPAL LAGOS-EM-FORMA - GESTÃO DESPORTIVA, E.M., S.A.**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	13	0	0	0	1	<b>14</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	6	0	1	0	<b>7</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	5	0	0	<b>5</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 68/AM/2026:**

-----**Designada**, por maioria, com 14 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Rute Domingos, Sónia Melo, Sofia Santos] e 1 da CDU [Daniel José]), 5 votos contra do CHEGA (Carlos Carmelino, Dênio Abreu, Diná Graça, Margarida Correia, Sandra Oliveira) e 7 abstenções (6 da AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Pedro Moreira] e 1 da LCF [Ana Margarida Martins]), a empresa António Fortunato & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,” (...) “NIPC 506 389 618, representada por António Manuel Gameiro Morgado” (...) “e Rui Manuel Tavares Leitão,” (...) “para as funções de, respetivamente, fiscal único efetivo e fiscal único suplente, da Lagos-em-Forma-Gestão Desportiva, E.M., S.A., no período restante do mandato 2025-2029, nos termos do n.º 3 do Artigo 26.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de abril de 2026.-----

-----O Grupo Municipal do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto:



Fl. 106v.

“O nosso voto foi contra a proposta de designação de um fiscal único para Lagos em forma. É uma posição de princípio em defesa da transparência e da boa gestão e do respeito pelos lacobrigenses. A concentração de funções de fiscalização numa única entidade fragiliza o escrutínio, reduz a transparência e abre espaço a menor controlo efetivo sobre a gestão dos dinheiros públicos. Quando os cidadãos exigem mais rigor, mais fiscalização e mais confiança nas instituições, esta proposta vai no sentido contrário. O que Lagos precisa não é menos fiscalização, é de mais exigência, mais independência, mais garantias de cada euro é bem aplicado. Não aceitamos soluções que possam facilitar a opacidade ou diminuir o controlo democrático sobre entidades públicas municipais. Obrigada.”-----

-----O Grupo Municipal da AD apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O nosso voto foi em termos de abstenção e pelo seguinte: Não há nada que diga que com o revisor oficial de contas não possa ser também do município como de uma empresa municipal tida a 100% pelo município. Contudo, as empresas municipais têm um escrutínio público e escrutínio político e tem um lastro histórico grande de falhanços. Nós aqui Lagos e Portimão com o Porto, com a Portimão Urbis é um exemplo. Portanto, o que eu acho é que deveria ser era a Câmara recomendar ao revisor e equipas separadas para auditar as contas, quer do município quer da Lagos-Forma com uma declaração formal de independência para garantir que realmente existe isenção e que existe uma separação entre quem audita as contas do município e quem audita as contas da subsidiária.”-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BENSFRIM - FETAAL - FEIRA DE ARTES E TRADIÇÕES DO ALGARVE:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-709-9.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira apresentou o documento.-

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) enalteceu o esforço da Junta de Freguesia de Bensafirim, que permitiu uma redução significativa do orçamento destinado à FETAAL.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, explicou que, em 2025, a União de Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João optou por atribuir um valor diferente. No entanto, o valor com que a Junta de Freguesia de Bensafirim se propõe realizar o evento estava muito próximo dos valores das edições anteriores. Referiu que, embora concorde que deva existir contenção, considera que todas as Freguesias devem ter os seus eventos âncora e que, para lhes conferir maior dignidade, o Município tem apoiado quer a Feira do Folar, em Barão de S. João, quer a FETAAL, em Bensafirim, verificando-se que a Junta de Freguesia de Bensafirim tem vindo a manter a tradição dos valores praticados. Explicou que, normalmente, a Câmara Municipal tem apoiado estas duas feiras com um montante global anual de 100.000,00 € (cem mil euros), mas que, este ano, cada uma contou com um apoio de cerca de 170.000,00 € (cento e setenta mil euros). Recordou que a FETAAL era uma Feira de Artes e Tradições e constituía a imagem de Bensafirim. Aconselhou as



Juntas de Freguesia a empenharem-se ao máximo nestes eventos e, nesse sentido, o Município entendeu que deveria reforçar o apoio aos mesmos, uma vez que a elaboração de um orçamento para este tipo de iniciativas não é tarefa fácil, manifestando a expectativa de que a FETAAL seja um excelente evento, à semelhança dos anos anteriores.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) agradeceu a explicação e lembrou que, nestes eventos, se deveria evitar o eleitoralismo.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que a questão do eleitoralismo não se colocava, uma vez que o então Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João não se poderia recandidatar. Acrescentou ainda que, pelo facto de o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim pertencer a um partido diferente, poderia não ter sido atribuído apoio financeiro à realização da FETAAL, o que não se verificou.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Seis da Ordem do Dia: **PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BENSAFRIM - FETAAL - FEIRA DE ARTES E TRADIÇÕES DO ALGARVE.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 69/AM/2026:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, com 26 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Rute Domingos, Sónia Melo, Sofia Santos], AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Pedro Moreira], CHEGA [Carlos Carmelino, Dênio Abreu, Diná Graça, Margarida Correia, Sandra Oliveira], LCF [Ana Margarida Martins] e CDU [Daniel José]), aprovar o Protocolo a celebrar entre o Município de Lagos e a Junta de Freguesia de Bensafrim, nos termos da alínea j), do n.º 1, do Artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de abril de 2026.-----

-----**PONTO 7 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2025:**

Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-709-10.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) recordou que os vários Grupos Municipais tinham o direito de acompanhar, fiscalizar e criticar as opções políticas do Executivo Municipal, competindo ao Sr. Presidente da Câmara assegurar o cumprimento do direito da oposição. Estranhou que, neste documento, se apresente a informação de que, em 2025, esse direito tenha sido garantido através de formas escritas e verbais, dando exemplos concretos. Recordou ainda que foi solicitada à Câmara Municipal a consulta de processos que nunca foram disponibilizados e lamentou que, durante todo o ano de 2025, mais de metade dos requerimentos enviados não tenham obtido resposta. Acrescentou que, desde o início do ano corrente, a percentagem de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 107v.

afirmar-se, ainda assim, que tudo estaria a decorrer normalmente.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) lamentou que a oposição não seja chamada a participar com maior frequência e que, quando é convidada para reuniões, estas sejam frequentemente marcadas em cima da hora, dificultando a presença dos participantes. Lamentou ainda a baixa taxa de resposta aos requerimentos, recordando que existiam diversos requerimentos apresentados pela CDU que permaneciam sem resposta.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) congratulou a Câmara Municipal por ter conseguido cumprir o prazo de entrega do relatório, considerando que tal demonstra um maior respeito pela oposição. Disse ser inaceitável que, até ao momento, cerca de 67% dos requerimentos enviados permanecessem sem resposta e questionou como poderia a oposição desempenhar o seu trabalho se a Câmara Municipal não respondesse ao que lhe era solicitado. Recordou que o Regimento da Assembleia Municipal estabelecia um prazo de resposta de dez dias úteis e que, caso esse prazo não pudesse ser cumprido, deveria ser apresentada uma justificação para o atraso, o que, segundo referiu, não acontecia. Considerou que essa ausência de respostas indicava uma falta de transparência. Lembrou ainda que existiam mecanismos legais que poderiam ser acionados caso não houvesse resposta e lamentou que a situação dos requerimentos estivesse claramente a agravar-se. Apelou à sensibilização para esta situação, de forma a permitir que a oposição pudesse desempenhar adequadamente as suas funções. Lamentou igualmente que, naquele auditório, não existissem condições de trabalho adequadas para os Membros da Assembleia, uma vez que apenas a primeira fila dispunha de mesas de apoio. Recordou ainda que a oposição deveria dispor de gabinetes para poder receber os munícipes condignamente e defender os seus interesses.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) referiu que subscrevia as intervenções dos Grupos Municipais da AD e da CDU. Lamentou que não existisse um espaço físico para que a oposição pudesse desempenhar as suas funções e receber os lacobrigenses, solicitando que essa situação fosse resolvida.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) recordou que a questão dos espaços destinados aos Grupos Municipais foi levantada na primeira reunião da Comissão Permanente deste mandato autárquico e que continuava a aguardar-se uma resposta sobre essa matéria.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por voto eletrónico.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa, em exercício, declarou encerrada a Sessão eram 23 horas e 42 minutos, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Patrícia Filipe Fernandes da Silva, 1.<sup>a</sup> Secretária, em exercício, da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente em exercício, Sra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 108

Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo.-----

.....

.....

-----